

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 054, DE 13 DE MARÇO DE 2013.**

“Altera o art. 4º e revoga o art. 8º da Lei Municipal nº 3.821, de 20 de fevereiro de 2013, que atribui verba de representação judicial e extrajudicial aos servidores que representam o Município nos termos da lei, e dá outras providências”

**SÉRGIO MUNHOZ**, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

**LEI**

**Art. 1º** Fica alterado o artigo 4º da Lei Municipal nº. 3.821, de 20 de fevereiro de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

**Art. 4º** Sobre a verba de representação não incidirão quaisquer outras vantagens, sendo esta incompatível com o adicional previsto na Lei Municipal nº 3.831 de 27 de fevereiro de 2013.”

**Art. 2º** Fica expressamente revogado o art. 8º da Lei Municipal nº. 3.821, de 20 de fevereiro de 2013.

**Art. 3º** Os demais dispositivos constantes na Lei Municipal nº 3.821/13 permanecem inalterados.

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 13 de março de 2013.

**SÉRGIO MUNHOZ**  
**Prefeito Municipal**

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabiana da Silva Kraschefski  
Secretária de Administração

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o Projeto de Lei Municipal n.º 054, de 13 de março de 2013, que “Altera o art. 4º e revoga o art. 8º da Lei Municipal nº 3.821, de 20 de fevereiro de 2013, que atribui verba de representação judicial e extrajudicial aos servidores que representam o Município nos termos da lei, e dá outras providências”

A presente proposta deve-se por dois motivos, sendo o primeiro em virtude de que o artigo 4º definiu que a verba de representação é incompatível com outros adicionais, salvo o relativo a comissões, porém o referido dispositivo tem como meta vetar que os servidores beneficiados pela aludida vantagem percebam, cumulativamente, o adicional de dedicação de tempo de integral instituída pela Lei Municipal nº 3.831/13. Ocorre, porém, que os servidores efetivos possuem direito a adicionais de carreira como o elencado no art. 89 do Estatuto dos Servidores do Município de Eldorado do Sul (Lei Municipal nº 1.108, de 28 de julho de 1999), no qual prevê o adicional por tempo de serviço. Assim, visando não haver dúvidas futuras quando a quais adicionais se referem o teor do referido dispositivo propõem-se a presente alteração.

O outro motivo que se deve a apresentação do presente projeto é fato de que constou no art. 8º da Lei Municipal nº 3.821/13 seu prazo de vigência. Contudo a referida Lei foi elaborada mediante estimativa de impacto orçamentário-financeiro, nos termos do que dispõe o artigo 16, incisos I e II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, tornando-se, assim, desnecessário haver prazo de vigência.

Por fim, cabe destacar que, nos termos do art. 3º da aludida Lei, o benefício é concedido mediante a expedição de um ato (portaria) do Poder Executivo.

Sendo assim e contando com a Vossa costumeira atenção, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

**SÉRGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal